

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

tribuição e Comercialização, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação). A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão. A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial. Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas. Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos players no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas. **O Segmento da Transmissão.** Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém-criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a desajustes de mais de 50%. Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária. De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo. O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites interregionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da EPE. Sendo a geração majoritariamente hidroelétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas. Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu de 0,8% para 3% ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste, tripliquearam, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram. **A Matrinchã.** A Matrinchã Transmissora de Energia (TP

Norte) S.A. ("MTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1101, parte, Centro - Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09/03/2012. O contrato de concessão com a ANEEL foi assinado no dia 10.05.2012 com o prazo de 32 meses para entrada em operação. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso. Em 31/12/2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 851.608.000, dividido em 851.608.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração de Energia S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

<b>Acionistas</b>	%
State Grid Brazil Holding S.A.	51%
Copel Geração de Energia S.A.	49%
	<b>100%</b>

O Objeto de nossa Sociedade é a prestação de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. **EXERCÍCIO 2014.** Em 2014, a Matrinchã encontra-se em fase de construção. **Agradecimentos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 27/03/2015. **A Administração.**

**Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 (Em reais)**

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita de Construção		813.466.625	510.855.132
Custo de Construção	14	<u>(813.466.625)</u>	<u>(510.855.132)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		-	-
<b>Despesas Operacionais</b>			
Pessoal		(1.801.536)	(1.431.090)
Materiais		(23.012)	(11.813)
Serviços de terceiros		(1.756.946)	(2.122.922)
Tributos		(2.023.152)	(890.738)
Arrendamentos e aluguéis		(423.128)	(299.801)
Despesas administrativas		(28.901)	(35.833)
Outros		452.500	-
<b>Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(5.604.175)</b>	<b>(4.792.197)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receitas de aplicações financeiras		123.410	879.959
Rendas sobre ativo financeiro		117.744.083	20.847.626
<b>Despesas Financeiras</b>			
Despesas financeiras		(675.266)	(71.905)
Total		<b>117.192.227</b>	<b>21.655.680</b>
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>111.588.052</b>	<b>16.863.483</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(2.751.029)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(49.235.948)	(7.064.164)
<b>Total</b>		<b>(49.235.948)</b>	<b>(9.815.193)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>62.352.104</b>	<b>7.048.290</b>

**Demonstração do resultado abrangente nos exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 (Em reais)**

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	62.352.104	7.048.290
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b>62.352.104</b>	<b>7.048.290</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2014 (Em reais)**

	Reservas de lucros		AFAC	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal			
<b>SALDOS EM 31/12/2012</b>	20.501.000	8.623	81.919	-	20.591.542
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	173.989.586	173.989.586
Integralização de capital com AFAC	173.989.586	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	7.048.290	7.048.290
Constituição de reserva legal	-	352.415	-	(352.415)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.673.969)	(1.673.969)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.021.906	(5.021.906)	-
<b>SALDOS EM 31/12/2013</b>	<b>194.490.586</b>	<b>361.038</b>	<b>5.103.825</b>	<b>-</b>	<b>199.955.448</b>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em agosto/2014	-	-	-	35.000.000	35.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em setembro/2014	-	-	-	138.950.000	138.950.000
Integralização de capital com AFAC em 22/09/2014	371.556.532	-	-	(371.556.532)	-
Integralização de Capital em outubro de 2014	283.952.882	-	-	-	283.952.882
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em outubro de 2014	-	-	-	73.950.000	73.950.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em dezembro/2014	-	-	-	125.264.532	125.264.532
Integralização de capital com AFAC em 22/12/2014	1.608.000	-	-	(1.608.000)	-
Lucro do exercício	-	-	-	62.352.104	62.352.104
Constituição de reserva legal	-	3.117.605	-	(3.117.605)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	(14.808.624)	(14.808.624)
Lucros retidos	-	-	44.425.875	(44.425.875)	-
<b>SALDOS EM 31/12/2014</b>	<b>851.608.000</b>	<b>3.478.643</b>	<b>49.529.701</b>	<b>-</b>	<b>904.616.343</b>

**ceira de concessão:** A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). **3.2.2. Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **3.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) **Ativos financeiros não derivativos.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. b) **Passivos financeiros não derivativos.** Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. c) **Desreconhecimento (baixa) de ativos e passivos financeiros.** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. d) **Ativos e passivos financeiros derivativos.** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.5. Ativo financeiro indenizável:** Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecedora para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente. A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 (Em reais)**

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro do exercício antes dos impostos	111.588.052	16.863.483
<b>Ajustes de Itens Sem Desemboço de Caixa Para Conciliação do Lucro com o Fluxo de Caixa</b>		
Adiantamentos	57.258	205.324
Impostos a recuperar	(2.487.249)	(46.226)
Despesas pagas antecipadamente	-	(2.584.741)
Depósitos judiciais	(435.189)	(3.740.698)
Outras contas a receber	-	(553.897)
Fornecedores	11.262.948	(323.942)
Impostos e contribuições sociais	3.775.934	4.086.742
Retenções Contratuais	940.619	608.735
Salários e encargos	151.205	(44.482)
Provisão para Servidão	(1.166.660)	1.240.469
IR/CS Pagos	-	(2.783.038)
Outros passivos circulantes	(881.437)	880.925
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais</b>	<b>122.251.584</b>	<b>14.362.551</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Ativo Financeiro Indenizável	(931.210.708)	(510.827.433)
Aquisição de imobilizado	(185.268)	(19.114)
<b>Caixa Líquido Aplicado Nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(931.395.976)</b>	<b>(510.846.547)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimos	553.271.310	546.250.208
Baixa de debêntures	(564.524.790)	-
Integralização de Capital	657.117.415	173.989.585
<b>Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades de Financiamento</b>	<b>645.863.935</b>	<b>720.239.794</b>
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(163.280.457)</b>	<b>223.755.798</b>
Início do Exercício	237.028.972	13.273.174
Final do Exercício	73.748.515	237.028.972
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(163.280.457)</b>	<b>223.755.798</b>

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 (Em reais)**

	31/12/2014	31/12/2013
Receita	813.466.625	510.855.132
Receita	813.466.625	510.855.132
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo	(813.466.625)	(510.855.132)
Serviços	(2.203.086)	(2.434.536)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(2.203.086)</b>	<b>(2.434.536)</b>
<b>Valor Adicionado Reebido em Transferência Resultado Financeiro</b>	<b>117.192.227</b>	<b>21.655.680</b>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>114.989.140</b>	<b>19.221.144</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal	1.801.536	1.431.090
Tributos	51.259.098	890.738
Despesas administrativas	28.901	9.851.026
Outros	(452.500)	-
Lucro do exercício	62.352.104	7.048.290
<b>Total</b>	<b>114.989.140</b>	<b>19.221.144</b>

data de encerramento das concessões. **3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.7. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.8. Impostos:** **Imposto de renda e contribuição social - correntes.** Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real trimestral. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada considerando o resultado apurado no trimestre ajustado em função da legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implicação dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de taxa da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos.** A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Outras**

**provisões.** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.11. Compromissos com o meio ambiente:** Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado. **3.12. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07/10/2010. **4. Adoção de novos pronunciamentos contábeis:** (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01/01/2014, mas que não surtiriam efeitos significativos na Companhia: • IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. • Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. • IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. (ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 01/01/2015: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 01/01/2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 01/01/2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. • IFRIC 21 - tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários - CVM), que são os seguintes: • Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) - As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum. • Demonstrações Contábeis Pró-forma (CPC 06) - Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios. Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento e Fundo de Caixa	807.708	19.130.094
Aplicações financeiras - CDB Banco Santander	90.086	216.714.678
Aplicações financeiras - CDB Banco HSBC	72.826.620	1.184.200
Aplicações financeiras - CDB Banco Itaú	24.101	-
<b>Total</b>	<b>73.748.515</b>	<b>237.028.972</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco HSBC e à taxa de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI do banco Santander. **6. Contas a receber - ativo financeiro indenizável:** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através do mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICP (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente. (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O montante total a receber acumulado em 31/12/2014 de R\$1.470.646.262 (R\$539.435.554 em 2013) classificado no ativo não circulante e está composto como se segue:

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2014	31/12/2013
Terrenos	500.000	500.000
Edificações e obras civis	351.027.995	2.913.998
Máquinas e equipamentos	679.788.031	188.157.920
Consultorias e assessorias	12.033.037	7.513.496
Estudos e projetos	6.280.886	5.805.639
Indenizações de serviço	19.411.793	15.548.586
Encargos líquidos sobre empréstimo	59.134.737	9.604.976
Pessoal e encargos operacionais	2.129.719	1.586.325
Tributos	14.124.721	10.416.158
Serviços de terceiros	4.337.065	78.674.652
Seguros	2.139.094	608.648
Arrendamentos e aluguéis	76.638	7.607.105
Adiantamento a fornecedores	180.500.617	188.499.620
Remuneração dos ativos de concessão	137.770.039	21.025.956
Outros	391.890	972.475
<b>Total</b>	<b>1.470.646.262</b>	<b>539.435.554</b>

**7. Fornecedores.** O saldo da conta de fornecedores está composto como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Impactours Viagens e Turismo	-	3.357
Otávio Tobias	52.850	-
Alstom Grid	1.352.930	-
Cefer	200.000	-
Brametal	4.745.000	-
Engetuc	3.914.122	-
Intertechne	104.945	-
Construtora Vertice	538.080	-
Fabrica de Peças Elétricas Delmar	241.451	-
Outros	118.911	1.985
<b>Total</b>	<b>11.268.289</b>	<b>5.342</b>

**8. Retenções contratuais.** As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos serão restituídas quando da conclusão do serviço, e não tem previsão de alteração por encargos.

	31/12/2014	31/12/2013
Novo norte Engenharia e Construção Ltda.	562.659	324.448
Engefoto Engenharia e Aerolevanteamento	17.924	17.923
Aeromagnum S/A	17.923	17.924
Avalicon Engenharia	13.750	-
Electro Vidro	177.601	-
Amato Antunes & Mourão	11.057	-
M.J. Engenharia Ltda.	818.471	318.471
J.C. Passos Projetos e Construções	16.200	16.200
<b>Total</b>	<b>1.635.585</b>	<b>694.966</b>

**9. Debêntures:** Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/06/2013 ("AGE"), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 800 (oitocentas) debêntu-

res, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada ("valor nominal unitário"), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("ICVM 476"), perfazendo o total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Data da emissão: 03/07/2013. Vencimento: 20/12/2014; Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP; Remuneração: 100% da taxa média diária. "Taxa DI over extra grupo". Por rata temporis por dias úteis; Ano base: 252 dias úteis; Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia; Garantias: Fidejussória; Interventente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.; Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A. A primeira emissão de debêntures foi realizada em 20/06/2013, no valor de R\$ 332.697.836, sendo efetivamente recebido o montante de R\$ 330.954.173, líquido dos custos de transação. Em 01/10/2013 ocorreu a segunda emissão de debêntures, quando foi emitido R\$ 217.205.300, sendo efetivamente recebido R\$ 215.296.036, líquido dos custos de transação. O saldo a pagar, em 31/12/2013, é de R\$ 564.524.790, líquido dos custos de transação. Em 04/09/2014, a Companhia efetuou a liquidação antecipada das debêntures, no montante de R\$ 609.720.355.

	31/12/2014	31/12/2013
<b>10. Impostos e contribuições sociais</b>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.623.179	1.424.249
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		
Retida na Fonte	974.325	582.018
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2.003	51.399	-
Imposto sobre serviços - ISS	2.587.187	504.098
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.040.749	968.133
Imposto de Renda sobre o Lucro	230.402	230.402
Contribuição Social sobre o Lucro	450.910	450.910
Outros	-	22.407
<b>Total</b>	<b>7.958.151</b>	<b>4.182.217</b>

O saldo de imposto de renda retido na fonte - IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e, que serão recolhidos no mês subsequente. O saldo de imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementar 116/2003. Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro correspondem, principalmente, aos montantes sobre o resultado do exercício. **11. Empréstimos e financiamentos:** Em 27/12/2013, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440 (Seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil reais). Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos: • Subcrédito 'A' - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a., a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financeiros necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/05/2029; • Subcrédito 'B' - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito está destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/11/2023; • Subcrédito 'C' - R\$ 3.440, com Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, de, no mínimo, 6% a.a. Este subcrédito está destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/01/2016 e a última em 15/05/2029. Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 31/12/2014, o saldo atualizado do empréstimo concedido pelo BNDES, é de R\$ 553.271.310, líquido dos custos de transação, até a presente data. Segregação de curto e longo prazo:

	curto prazo	longo prazo
Sub crédito A	20.633.076	474.560.747
Sub crédito B	4.038.230	54.804.548
<b>TOTAL</b>	<b>24.671.306</b>	<b>529.365.294</b>
Despesas de lançamento	(34.078)	(731.212)
<b>Total</b>	<b>24.637.227</b>	<b>528.634.082</b>

Saldos de acordo com o vencimento:

Ano	Empréstimos	Despesas de lançamento	Líquido
2015	21.723.724	(27.332)	21.696.392
2016	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2017	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2018	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2019	42.293.667	(54.664)	42.239.003
Acima de 2019	363.138.208	(519.304)	362.618.904
<b>Total</b>	<b>554.036.600</b>	<b>(765.291)</b>	<b>553.271.310</b>

**12. Impostos diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriada, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar (Nota 9). O imposto de renda e a con-

	Recebíveis	Total
Caixa e equi valentes de caixa	-	73.748.515
Adiantam entos	-	-
Im postos a recuperar	2.553.679	2.553.679
Outros contas a receber	569.901	569.901
Depósitos judiciais	4.175.888	4.175.888
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	1.470.646.262	1.470.646.262
<b>Total</b>	<b>1.477.945.729</b>	<b>1.551.694.244</b>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os valores de debêntures são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme saldo demonstrado abaixo: **15.2. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos ambientais. As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. c) Riscos cambiais. Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. d) Riscos de crédito. O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. e) Riscos de liquidez. O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver. f) Riscos de operações com derivativos. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Caso a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos". ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo. ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. **15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **16. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31/12/2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil. **17. Eventos subsequentes:** A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaita - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaita, Cláudia e Paranatinga. O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão. Em complemento, a previsão atual para a entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão é 31.07.2015. "Cláusula Quinta (a) Terceira Subcláusula - As indisponibilidades da prestação do serviço decorrentes de sabotagem, terrorismo e catástrofes consideradas calamidades públicas, bem como as causadas por caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro, não estão sujeitas à aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO. Quarta Subcláusula - A descoberta de materiais ou objetos nas áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente e à ANEEL, por serem de propriedade da União. Caso a descoberta provoque alterações no presente CONTRATO, as suas condições serão renegociadas, nos termos da legislação. Quinta Subcláusula - O descumprimento dos marcos intermediários do cronograma de construção motivado por fatos relacionados ao processo de licenciamento ambiental não imputáveis à TRANSMISSORA, comprovados perante a ANEEL, poderá ocasionar a revisão dos prazos dos cronogramas de construção propostos pela TRANSMISSORA. Sexta Subcláusula - Eventos atrasos verificados durante o período de construção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, causados por fatos não imputáveis à TRANSMISSORA, decorrentes de embargos administrativos ou judiciais às obras, relativos ao uso das áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, que comprometam os prazos de execução, comprovados perante a ANEEL, poderão ensejar a revisão dos cronogramas de construção." **18. Elencamos aqui de forma pontual, os impactos decorrentes dos eventos imprevisíveis e extraordinários ocorridos durante a construção das Instalações de Transmissão. De forma sucinta, foram verificados os seguintes eventos que afastam a responsabilidade da Matrinchã pelo atraso na implantação das instalações de transmissão: i) identificação de materiais arqueológicos no trajeto da linha de transmissão e demora do IPHAN em sua análise (impacto aproximado de 5 meses, 5 meses e 8 meses nos diversos eventos); ii) interferência do reservatório da UHE Sinop (impacto aproximado de 7 meses); iii) embargo causado pelo assentamento 12 de outubro (impacto aproximado de 7 meses); iv) incêndio ocorrido no alojamento do canteiro de obras da SE Paranaita (impacto aproximado de 2 meses). Com base no exposto a Companhia solicitou a ANEEL, a Companhia solicitou a ANEEL, a postergação do prazo para início da operação comercial das Instalações de Transmissão para 31.07.2015 por meio de nossa correspondência "CE MTE 004/2015 de 09/01/2015" e entende que, tal solicitação foi recebida em conformidade pela Agência Reguladora, estando no aguardo apenas de seu pronunciamento oficial. Corroboram tal entendimento por parte da ANEEL, o fato da mesma autorizar por meio de publicação no Diário Oficial da União de 28/01/2015 pg. 61, a implementação da solução alternativa apresentada pela Matrinchã, que viabiliza a energização da UHE Teles Pires a partir da subestação Sinop, assunto tratado em sua Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL. Com todo isso e apoiada nos relatórios dos seus consultores jurídicos, a Administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., não identifica até o momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas ou penalidades.**

tribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido	41.393.434	5.187.914
Contribuição Social Diferida	14.906.677	1.876.250
<b>Total</b>	<b>56.300.111</b>	<b>7.064.164</b>

**13. Patrimônio líquido:** a) Capital social. Em 16/09/2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 173.989.585, com a emissão de 173.989.585 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social, de R\$ 20.501.000, para R\$194.490.585. Em 17/04/2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07/04/2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento do capital no valor de R\$ 85.078.732, com a emissão de 85.078.732 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 194.490.585, para R\$279.569.317. Em 05/05/2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07/04/2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$84.182.151, com a emissão de 84.182.151 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 279.569.317, para R\$363.751.468. Em 16/06/2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13/06/2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$ 57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 363.751.468, para R\$421.097.468. Em 10/07/2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13/06/2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 421.097.468, para R\$478.443.468. Em 22/09/2014, através da 17ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 100.000.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social de R\$478.443.468, para R\$578.443.468. Em 22/12/2014, através da 21ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 273.164.532, com a emissão de 273.164.532 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, AFAC, passando o capital social de R\$ 578.443.468, para R\$ 851.608.000. Em 31/12/2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$851.608.000, dividido em 851.608.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
State Grid Brazil Holding S.A.	434.320.080	99.190.198</